

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – CAEN

Nº 10

RELATÓRIO DE PESQUISA

A QUEM SE DESTINA O PLANO “BRASIL SEM MISÉRIA”?: perfil dos extremamente pobres no país

Junho de 2011

Apoio:



inct
institutos nacionais
de ciência e tecnologia



SINTAF
SINDICATO DOS FAZENDARIOS DO CEARÁ



O Laboratório de Estudos da Pobreza é um centro de pesquisa instituído no Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN), da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo como finalidade principal desenvolver pesquisas sobre a pobreza e desigualdade social no Brasil, com preocupações especiais nos problemas do Nordeste e Ceará, servindo de subsídios no desenho de políticas públicas nessa área.

Texto disponível em <http://www.caen.ufc.br/~lep/>

Autores

Carlos Manso (coordenador da pesquisa)

Doutor em Economia

Coordenador de Pesquisas LEP/CAEN/UFC

Arnaldo Santos

Doutor em Ciências Políticas

Pós-Doutorando FEAAC/UFC

Pesquisador LEP/CAEN/UFC

Carlos Eduardo Marino

Doutorando em Economia FEAAC/UFC

Pesquisador LEP/CAEN/UFC

João Mário de França

Doutor em Economia

Pesquisador LEP/CAEN/UFC

Colaborador

Pedro Andrade da Costa

Graduando em Economia FEAAC/UFC

Pesquisador LEP/CAEN/UFC

1. INTRODUÇÃO

O combate à pobreza extrema é atualmente um dos temas mais discutidos na literatura de crescimento econômico, sendo que este debate teve especial progresso há alguns anos, especialmente a partir do estabelecimento, pelas Nações Unidas, das chamadas metas do milênio, que elegeram como prioridades absolutas o combate à miséria e à fome. Desta forma, o padrão de crescimento a ser buscado pela nova ordem mundial é o chamado crescimento inclusivo - ou pró-pobre - isto é, aquele em que a ampliação da renda média é acompanhada de reduções na desigualdade, provocando aumento do bem-estar social.

O Brasil, após o Plano Real, iniciou uma trajetória importante no que se refere à redução dos seus níveis de pobreza e de desigualdade, especialmente devido ao fim do imposto inflacionário, da expansão de programas sociais e da melhoria no funcionamento do mercado de trabalho (Barros *et al.*, 2006). O governo da presidente Dilma Rousseff, que teve início em janeiro deste ano, também demonstra uma preocupação especial com a redução da pobreza no país. A adoção do *slogan* oficial “país rico é país sem pobreza” e, principalmente, a criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação da Extrema Pobreza, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, e o estabelecimento de um plano de combate à extrema pobreza (“Brasil sem Miséria”) lançado no último dia 2 de junho, dão a dimensão do interesse do governo federal no crescimento pró-pobre.

O plano “Brasil sem Miséria” objetiva principalmente promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha de pobreza. Para isto, o Plano determina a busca pela elevação da renda familiar *per capita* e ampliação do acesso aos serviços públicos, às ações de cidadania e de bem estar social e às oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.

Parece oportuno, portanto, identificar o perfil dos brasileiros extremamente pobres, na medida em que as medidas do plano “Brasil sem Miséria” terão esta focalização. Para tanto, uma fonte de pesquisa apropriada é o Censo 2010, cujos resultados

preliminares, divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trazem informações sobre a Pobreza Extrema¹ no país.

Assim, este estudo se ocupa da caracterização dos extremamente pobres no Brasil, utilizando para isto, os resultados preliminares do Censo 2010 do IBGE, e está organizado da forma como se segue. Além desta seção introdutória, a seção 2, que se ocupa da distribuição da população extremamente pobre entre as macrorregiões do país e entre as unidades federativas, contemplando, também, as áreas urbanas e rurais; a seção 3, que é dedicada às condições domiciliares, contemplando alguns dos itens que compõem o padrão de vida dos seus habitantes; a última seção dedica-se às considerações finais.

2. DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL

Esta seção se ocupa da distribuição da população extremamente pobre nas macrorregiões e nas unidades federativas do país – Estados e o Distrito Federal – bem como em suas áreas urbanas e rurais. A análise inicia-se pela TABELA 1, em que é apresentada a distribuição dos extremamente pobres no país e nas macrorregiões brasileiras, tendo o contraponto da própria distribuição populacional do país nestas mesmas localidades. A proporção de extremamente pobres no Brasil é de 8,53%, totalizando mais de 16,2 milhões de pessoas. Com relação às regiões, observa-se uma distribuição desigual de pobres. A região Nordeste, que contempla pouco menos de 28% da população brasileira, abriga mais de 59% da pobreza extrema do país. A região Sudeste, por sua vez, possui mais de 42% da população do Brasil e menos de 17% dos extremamente pobres. Juntas, as regiões Norte e Nordeste possuem mais de 75% das pessoas que vivem abaixo da linha de miséria do país. O total de pessoas extremamente pobres na região Nordeste atinge 18,10% de sua população. Na região Norte, este

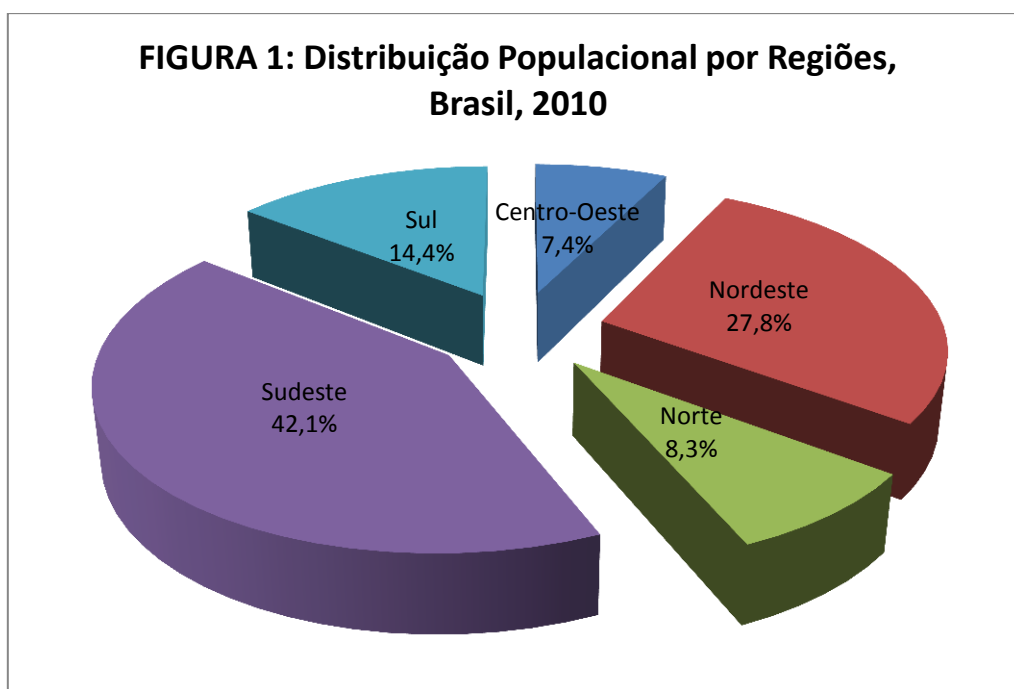
¹ Segundo os critérios do IBGE, considera-se extremamente pobre a pessoa que participa de um domicílio cuja renda nominal mensal *per capita* seja de 1 a 70 reais. Para pessoas sem rendimento, foram estabelecidas as seguintes restrições para o domicílio ser considerado abaixo da linha de miséria: sem banheiro de uso exclusivo; ou sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e não tinham fossa séptica; ou em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água; ou em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e não tinham poço ou nascente na propriedade; ou sem energia elétrica; ou com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; ou com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade; ou pelo menos um morador de 65 anos de idade ou mais.

indicador é apenas ligeiramente inferior, sendo igual a 16,76%. Nas demais regiões, observam-se valores em torno dos 3% no Sul e Sudeste, e dos 4% no Centro-Oeste, evidenciando a enorme disparidade ainda existente entre os dois grupos de regiões.

TABELA 1: População e Pessoas em situação de extrema pobreza por Regiões, Brasil, 2010

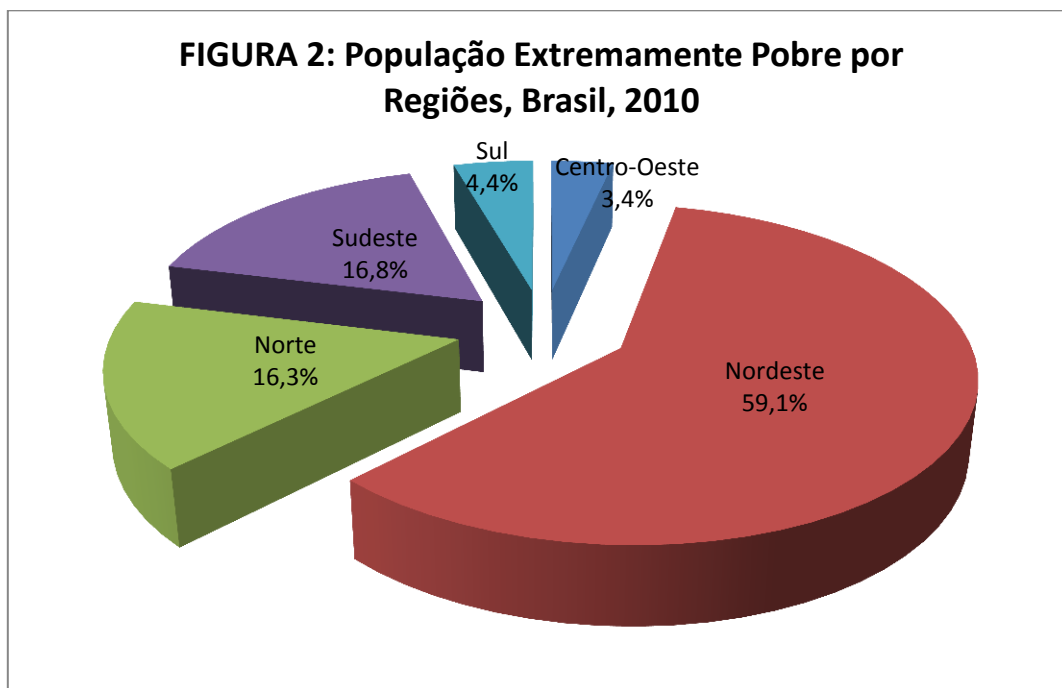
Regiões	Distribuição Populacional		Distribuição Extrema Pobreza		
	População (A)	% do Brasil	Nr Pessoas (B)	% do Brasil	Proporção (B/A)
Centro-Oeste	14.058.094	7,37%	557.449	3,43%	3,97%
Nordeste	53.081.950	27,83%	9.609.803	59,07%	18,10%
Norte	15.864.454	8,32%	2.658.452	16,34%	16,76%
Sudeste	80.364.410	42,13%	2.725.532	16,75%	3,39%
Sul	27.386.891	14,36%	715.961	4,40%	2,61%
BRASIL	190.755.799	100,00%	16.267.197	100,00%	8,53%

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir dos Resultados Preliminares do Censo 2010 do IBGE



Fonte: LEP/CAEN a partir dos Resultados Preliminares do Censo 2010 do IBGE

A partir dos dados da TABELA 1, nas FIGURAS 1 e 2 são mostradas, respectivamente, a distribuição populacional e a distribuição dos extremamente pobres nas macrorregiões brasileiras.



Fonte: LEP/CAEN a partir dos Resultados Preliminares do Censo 2010 do IBGE

Na TABELA 2 são apresentadas as distribuições da população e dos extremamente pobres utilizando-se, além das macrorregiões, as dimensões urbanas e rurais. Nota-se, também por estas dimensões, a distribuição espacial desigual da miséria no país. Nas zonas rurais vivem apenas 15,64% dos brasileiros, mas estas áreas respondem por quase 47% da pobreza extrema no país. Esta configuração de desigualdade também é verificada em todas as regiões do país, tendo maior destaque a região Norte, em que a zona rural abriga apenas um pouco mais de 26% da população e, por sua vez, quase 57% daqueles que vivem abaixo da linha de miséria.

A divisão dos extremamente pobres por sexo, áreas censitárias urbanas e rurais e macrorregiões é apresentada na TABELA 3.

TABELA 2: População e Pessoas em situação de extrema pobreza por Áreas Censitárias, Brasil e Regiões, 2010

Regiões / Áreas	Distribuição Populacional				Distribuição Extrema Pobreza			
	Rural	%	Urbana	%	Rural	%	Urbana	%
Centro-Oeste	1.575.131	11,20%	12.482.963	88,80%	184.561	33,11%	372.888	66,89%
Nordeste	14.260.704	26,87%	38.821.246	73,13%	5.049.317	52,54%	4.560.486	47,46%
Norte	4.199.945	26,47%	11.664.509	73,53%	1.499.951	56,42%	1.158.501	43,58%
Sudeste	5.668.232	7,05%	74.696.178	92,95%	580.908	21,31%	2.144.624	78,69%
Sul	4.125.995	15,07%	23.260.896	84,93%	278.615	38,91%	437.346	61,09%
BRASIL	29.830.007	15,64%	160.925.792	84,36%	7.593.352	46,68%	8.673.845	53,32%

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir dos Resultados Preliminares do Censo 2010 do IBGE

Observa-se por esta TABELA 3 que o país possui uma distribuição equitativa em relação à variável sexo, sendo a população extremamente pobre do Brasil constituída de 50,53% de mulheres e 49,47% de homens, com o sexo feminino superando o masculino em apenas 172.565 pessoas. Esta distribuição uniforme também é observada nas áreas censitárias e nas macrorregiões – com a maior diferença proporcional no Sudeste, em que o sexo feminino possui quase 53% de participação.

TABELA 3: Pessoas em situação de extrema pobreza por Sexo e Áreas Censitárias, Brasil e Regiões, 2010

Regiões / Áreas	Feminino				Masculino			
	Rural	Urbana	Total	%	Rural	Urbana	Total	%
Centro-Oeste	86.542	197.859	284.401	51,02%	98.019	175.029	273.048	48,98%
Nordeste	2.447.208	2.379.086	4.826.294	50,22%	2.602.109	2.181.400	4.783.509	49,78%
Norte	706.243	596.992	1.303.235	49,02%	793.708	561.509	1.355.217	50,98%
Sudeste	280.517	1.158.026	1.438.543	52,78%	300.391	986.598	1.286.989	47,22%
Sul	133.223	234.185	367.408	51,32%	145.392	203.161	348.553	48,68%
BRASIL	3.653.733	4.566.148	8.219.881	50,53%	3.939.619	4.107.697	8.047.316	49,47%

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir dos Resultados Preliminares do Censo 2010 do IBGE

Na TABELA 4 é mostrada a distribuição dos que vivem em situação de miséria por grupos etários. Em relação ao país, observa-se que 40% dos extremamente pobres possuem menos de 15 anos de idade. A participação do grupo de crianças está em torno deste valor em todas as macrorregiões, com o Norte apresentando o valor máximo, correspondente a quase 45%. Desta forma, pode-se afirmar que por volta de 6,5 milhões de crianças até 14 anos vivem em situação de pobreza extrema no Brasil, sendo que, destes, quase 2 milhões possuem até 4 anos de idade.

TABELA 4: Pessoas em situação de extrema pobreza por Grupos de Idade, Brasil e Regiões, 2010

Gr idade	Centro-Oeste	% TOTAL	Nordeste	% TOTAL	Norte	% TOTAL	Sudeste	% TOTAL	Sul	% TOTAL	BRASIL	% TOTAL
0 - 4	63.799	11,44%	1.146.709	11,93%	387.181	14,56%	280.592	10,29%	75.365	10,53%	1.953.646	12,01%
5 - 14	144.148	25,86%	2.691.479	28,01%	803.569	30,23%	702.197	25,76%	192.508	26,89%	4.533.901	27,87%
15 - 17	35.342	6,34%	720.310	7,50%	195.308	7,35%	173.545	6,37%	48.502	6,77%	1.173.007	7,21%
18 - 24	53.954	9,68%	1.182.041	12,30%	329.764	12,40%	247.633	9,09%	62.080	8,67%	1.875.472	11,53%
25 - 64	228.914	41,06%	3.712.557	38,63%	896.615	33,73%	1.049.645	38,51%	288.882	40,35%	6.176.613	37,97%
>= 65	31.292	5,61%	156.707	1,63%	46.015	1,73%	271.920	9,98%	48.624	6,79%	554.558	3,41%
TOTAL	557.449	100,00%	9.609.803	100,00%	2.658.452	100,00%	2.725.532	100,00%	715.961	100,00%	16.267.197	100,00%

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir dos Resultados Preliminares do Censo 2010 do IBGE

A distribuição dos extremamente pobres por Cor ou Raça é mostrada na TABELA 5. As pessoas que se declararam pretas ou pardas correspondem a quase 70% dos que vivem abaixo da linha de miséria. Por sua vez, o grupo que se declarou da cor branca responde por 26,13% de todo o contingente de extremamente pobres do país, constituindo-se maioria (61,99%) apenas no Sul, por causa, naturalmente, da maior participação deste grupo na população da região. Observa-se ainda que existem no Brasil mais de 326 mil indígenas vivendo em situação de miséria, sendo que, destes, também como se podia esperar, mais de 173 mil estão na região Norte.

TABELA 5: Pessoas em situação de extrema pobreza por Cor ou Raça, Brasil e Regiões, 2010

Reg / Cor ou Raça	Branca	Part %	Preta	Part %	Amarela	Part %	Parda	Part %	Indígena	Part %	SD	Part %
Centro-Oeste	158.835	28,49%	42.628	7,65%	7.113	1,28%	294.853	52,89%	54.006	9,69%	14	0,00%
Nordeste	2.210.805	23,01%	896.656	9,33%	112.239	1,17%	6.320.786	65,77%	69.305	0,72%	12	0,00%
Norte	413.924	15,57%	175.319	6,59%	23.423	0,88%	1.872.210	70,42%	173.576	6,53%	0	0,00%
Sudeste	1.023.029	37,54%	292.980	10,75%	30.180	1,11%	1.368.515	50,21%	10.817	0,40%	11	0,00%
Sul	443.825	61,99%	49.332	6,89%	5.898	0,82%	198.222	27,69%	18.682	2,61%	2	0,00%
BRASIL	4.250.418	26,13%	1.456.915	8,96%	178.853	1,10%	10.054.586	61,81%	326.386	2,01%	39	0,00%

Fonte: elaboração LEP/CAEN a partir dos Resultados Preliminares do Censo 2010 do IBGE

SD: sem declaração

Completando esta seção, na TABELA 6 são mostradas as distribuições, para o país, macrorregiões e unidades federativas, da população, dos extremamente pobres e dos que além de estarem em situação de pobreza extrema também não são alfabetizadas. Para esta última distribuição, foram tomadas apenas pessoas acima de 15 anos de idade. Observa-se para o Brasil que, conforme discutido anteriormente, 8,53% de seus habitantes vivem abaixo da linha de miséria, determinando um quantitativo de mais de 16,2 milhões de pessoas. Para este total, as maiores participações pertencem aos estados da Bahia (14,80%), Maranhão (10,40%) e Ceará (9,24%). Em termos proporcionais às populações de cada uma das unidades federativas, os 10 (dez) maiores valores estão nos

estados do Maranhão (25,72%) – um em cada quatro maranhenses vive abaixo da linha de miséria! -, Piauí (21,35%), Alagoas (20,31%), Pará (18,89%), Amazonas (18,62%), Acre (18,19%), Ceará (17,78%), Roraima (16,95%) e Paraíba (16,30%). Ademais, Maranhão, Ceará, Pará, Pernambuco e São Paulo possuem, cada um, mais de 1 milhão de extremamente pobres. A Bahia é o único estado a superar a marca de 2 milhões de pessoas em situação de miséria. Por outro lado, o Distrito Federal possui a menor participação absoluta (0,29%) e Santa Catarina apresenta a menor proporção de pessoas na situação de pobreza extrema, com apenas 1,64% de sua população.

TABELA 6: População, Extremamente Pobres e Extremamente PobreS sem Alfabetização, Brasil, Unidades Federativas e Regiões, 2010

	População			População Extremamente Pobre					Ext. Pobres sem Alfab., Pessoas Acima de 15 anos				
	QT (A)	%	RK	QT (B)	%	RK	B/A (%)	RK	> 15 anos (C)	QT_ANALF (D)	RK	D/C (%)	RK
Acre	733.559	0,38%	25	133.410	0,82%	21	18,19%	6	68.374	22.781	19	33,32%	3
Alagoas	3.120.494	1,64%	17	633.650	3,90%	10	20,31%	3	368.704	142.163	6	38,56%	1
Amapá	669.526	0,35%	26	82.924	0,51%	25	12,39%	14	44.405	7.650	26	17,23%	21
Amazonas	3.483.985	1,83%	15	648.694	3,99%	9	18,62%	5	345.136	79.070	11	22,91%	12
Bahia	14.016.906	7,35%	4	2.407.990	14,80%	1	17,18%	8	1.472.668	398.355	1	27,05%	11
Ceará	8.452.381	4,43%	8	1.502.924	9,24%	3	17,78%	7	919.059	275.896	3	30,02%	9
Distrito Federal	2.570.160	1,35%	20	46.588	0,29%	27	1,81%	26	28.190	4.155	27	14,74%	24
Espírito Santo	3.514.952	1,84%	14	144.885	0,89%	20	4,12%	20	88.919	17.488	21	19,67%	18
Goiás	6.003.788	3,15%	12	215.975	1,33%	17	3,60%	22	140.773	28.563	16	20,29%	17
Maranhão	6.574.789	3,45%	10	1.691.183	10,40%	2	25,72%	1	969.505	301.474	2	31,10%	6
Mato Grosso	3.035.122	1,59%	19	174.783	1,07%	18	5,76%	17	109.915	23.381	18	21,27%	14
Mato Grosso do Sul	2.449.024	1,28%	21	120.103	0,74%	23	4,90%	18	70.624	13.511	22	19,13%	19
Minas Gerais	19.597.330	10,27%	2	909.660	5,59%	7	4,64%	19	555.392	117.509	9	21,16%	15
Pará	7.581.051	3,97%	9	1.432.188	8,80%	4	18,89%	4	798.575	166.675	5	20,87%	16
Paraíba	3.766.528	1,97%	13	613.781	3,77%	11	16,30%	10	372.778	126.317	8	33,89%	2
Paraná	10.444.526	5,48%	6	306.638	1,89%	16	2,94%	23	193.356	33.499	15	17,33%	20
Pernambuco	8.796.448	4,61%	7	1.377.569	8,47%	5	15,66%	11	830.202	257.973	4	31,07%	7
Piauí	3.118.360	1,63%	18	665.732	4,09%	8	21,35%	2	407.898	133.149	7	32,64%	4
Rio de Janeiro	15.989.929	8,38%	3	586.585	3,61%	12	3,67%	21	377.667	50.658	14	13,41%	27
Rio Grande do Norte	3.168.027	1,66%	16	405.812	2,49%	13	12,81%	13	248.763	76.808	12	30,88%	8
Rio Grande do Sul	10.693.929	5,61%	5	306.651	1,89%	15	2,87%	24	189.173	25.888	17	13,68%	26
Rondônia	1.562.409	0,82%	23	121.290	0,75%	22	7,76%	16	74.242	11.030	24	14,86%	23
Roraima	450.479	0,24%	27	76.358	0,47%	26	16,95%	9	40.406	11.297	23	27,96%	10
Santa Catarina	6.248.436	3,28%	11	102.672	0,63%	24	1,64%	27	65.559	9.496	25	14,48%	25
São Paulo	41.262.199	21,63%	1	1.084.402	6,67%	6	2,63%	25	720.765	107.192	10	14,87%	22
Sergipe	2.068.017	1,08%	22	311.162	1,91%	14	15,05%	12	182.038	58.947	13	32,38%	5
Tocantins	1.383.445	0,73%	24	163.588	1,01%	19	11,82%	15	96.564	21.866	20	22,64%	13
Centro-Oeste	14.058.094	7,37%	5	557.449	3,43%	5	3,97%	3	349.502	69.610	4	19,92%	3
Nordeste	53.081.950	27,83%	2	9.609.803	59,07%	1	18,10%	1	5.771.615	1.771.082	1	30,69%	1
Norte	15.864.454	8,32%	4	2.658.452	16,34%	3	16,76%	2	1.467.702	320.369	2	21,83%	2
Sudeste	80.364.410	42,13%	1	2.725.532	16,75%	2	3,39%	4	1.742.743	292.847	3	16,80%	4
Sul	27.386.891	14,36%	3	715.961	4,40%	4	2,61%	5	448.088	68.883	5	15,37%	5
BRASIL	190.755.799	100,00%		16.267.197	100,00%		8,53%		9.779.650	2.522.791		25,80%	

Fonte: LEP/CAEN a partir do IBGE, Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010.

A análise da TABELA 6 ainda permite discussões sobre o analfabetismo entre os que vivem abaixo da linha de miséria. No Brasil, ele atinge 25,80% do total, correspondendo a um número superior a 2,5 milhões de pessoas. Neste sentido, a Bahia possui o maior contingente (398.355), seguida por Maranhão (969.505) e Ceará (275.896). Em termos proporcionais à população acima de 15 anos de idade, as maiores frações de analfabetos estão em Alagoas (38,56%), Paraíba (33,89%) e Acre (33,32%),

enquanto que as menores proporções pertencem ao Rio de Janeiro (13,41%), Rio Grande do Sul (13,68%) e Santa Catarina (14,48%).

3. CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

Esta seção tem por objetivo apresentar as condições dos domicílios dos indivíduos em situação de extrema pobreza. A análise é desenvolvida estratificando-se os indicadores por área censitária e unidades da federação, permitindo assim o ordenamento da intensidade das condições de vida das pessoas em situação de miséria.

TABELA 7: Domicílios particulares permanentes sem rendimento e com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de 1 a 70 reais, por situação do domicílio e existência de banheiro de uso exclusivo do domicílio segundo as Unidades e Regiões da Federação.

UF's / Regiões	Domicílios Particulares Permanentes							Existência de Banheiro Exclusivo					
	Área Urbana		Área Rural		Todas as Áreas			Área Urbana		Área Rural		Todas as Áreas	
	QT	%	QT	%	QT	% Brasil	RK	%	RK	%	RK	%	RK
Acre	11.422	41,51%	16.097	58,49%	27.519	0,69%	24	48,08%	27	12,52%	27	27,28%	27
Alagoas	78.776	53,73%	67.835	46,27%	146.611	3,66%	11	83,59%	19	50,73%	16	68,38%	17
Amapá	12.352	76,36%	3.825	23,64%	16.177	0,40%	25	69,37%	23	35,90%	21	61,45%	20
Amazonas	57.636	49,70%	58.331	50,30%	115.967	2,89%	12	66,33%	24	15,98%	26	41,00%	25
Bahia	286.673	48,50%	304.406	51,50%	591.079	14,74%	1	84,63%	17	49,10%	17	66,33%	18
Ceará	178.671	49,26%	184.055	50,74%	362.726	9,05%	3	80,30%	21	40,38%	19	60,04%	21
Distrito Federal	11.591	92,61%	925	7,39%	12.516	0,31%	27	96,67%	3	90,27%	4	96,20%	3
Espírito Santo	25.061	62,97%	14.737	37,03%	39.798	0,99%	20	95,00%	5	92,01%	2	93,89%	4
Goiás	54.082	78,15%	15.121	21,85%	69.203	1,73%	17	96,58%	4	74,84%	6	91,83%	5
Maranhão	140.904	38,14%	228.511	61,86%	369.415	9,21%	2	52,88%	26	22,16%	25	33,88%	26
Mato Grosso	29.727	60,29%	19.580	39,71%	49.307	1,23%	18	93,19%	7	63,65%	12	81,46%	11
Mato Grosso do Sul	21.133	63,67%	12.060	36,33%	33.193	0,83%	21	93,15%	8	56,08%	14	79,68%	12
Minas Gerais	136.682	57,48%	101.121	42,52%	237.803	5,93%	7	93,32%	6	68,65%	10	82,83%	9
Pará	129.375	44,17%	163.496	55,83%	292.871	7,30%	6	64,64%	25	29,73%	23	45,15%	24
Paraíba	84.528	55,07%	68.974	44,93%	153.502	3,83%	10	90,09%	12	48,37%	18	71,34%	15
Paraná	56.033	62,05%	34.276	37,95%	90.309	2,25%	14	92,75%	9	73,37%	8	85,40%	7
Pernambuco	213.114	62,38%	128.537	37,62%	341.651	8,52%	4	86,79%	15	51,26%	15	73,43%	14
Piauí	60.746	37,25%	102.309	62,75%	163.055	4,07%	9	74,32%	22	29,66%	24	46,30%	23
Rio de Janeiro	167.232	94,06%	10.552	5,94%	177.784	4,43%	8	97,15%	2	94,74%	1	97,00%	2
Rio Grande do Norte	55.180	54,53%	46.016	45,47%	101.196	2,52%	13	89,66%	13	72,01%	9	81,63%	10
Rio Grande do Sul	59.195	65,80%	30.763	34,20%	89.958	2,24%	15	89,34%	14	74,70%	7	84,33%	8
Rondônia	16.462	50,06%	16.424	49,94%	32.886	0,82%	22	85,88%	16	56,12%	13	71,02%	16
Roraima	5.925	37,92%	9.701	62,08%	15.626	0,39%	26	82,95%	20	30,87%	22	50,62%	22
Santa Catarina	19.089	61,54%	11.930	38,46%	31.019	0,77%	23	91,80%	10	80,49%	5	87,45%	6
São Paulo	308.322	92,87%	23.664	7,13%	331.986	8,28%	5	98,29%	1	91,70%	3	97,82%	1
Sergipe	37.606	50,35%	37.082	49,65%	74.688	1,86%	16	90,11%	11	66,90%	11	78,59%	13
Tocantins	21.992	52,88%	19.596	47,12%	41.588	1,04%	19	84,07%	18	36,56%	20	61,68%	19
Centro-Oeste	116.533	70,96%	47.686	29,04%	164.219	4,10%	5	95,11%	2	65,80%	3	86,60%	2
Nordeste	1.136.198	49,32%	1.167.725	50,68%	2.303.923	57,46%	1	80,63%	4	42,51%	4	61,31%	4
Norte	255.164	47,02%	287.470	52,98%	542.634	13,53%	3	67,98%	5	28,07%	5	46,84%	5
Sudeste	637.297	80,94%	150.074	19,06%	787.371	19,64%	2	96,80%	1	76,41%	1	92,91%	1
Sul	134.317	63,57%	76.969	36,43%	211.286	5,27%	4	91,11%	3	75,01%	2	85,25%	3
BRASIL	2.279.509	56,85%	1.729.924	43,15%	4.009.433	100,00%		85,09%		45,14%		67,85%	

Fonte: LEP/CAEN a partir do IBGE, Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010.

A TABELA 7 mostra a existência de banheiro de uso exclusivo do domicílio. Em termos nacionais, os 16,3 milhões de indivíduos em situação de extrema pobreza estão distribuídos em 4 milhões de domicílios, sendo 2,3 milhões na área urbana e 1,7

milhão na área rural. Existe banheiro exclusivo em 68% dos domicílios. Na área rural, esta condição está presente em apenas 45% dos domicílios, em contraste com a área urbana, cuja cobertura atinge 85%. Com relação às unidades federativas, as que apresentam os menores percentuais neste indicador são Acre (27,28%), Maranhão (33,88%) e Amazonas (41%). São Paulo (97,82%) possui a maior cobertura em termos de banheiro exclusivo no domicílio, considerando, claro, as pessoas em situação de extrema pobreza.

TABELA 8: Domicílios particulares permanentes sem rendimento e com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de 1 a 70 reais, por tipo de esgotamento de sanitário, fornecimento de água e existência de energia elétrica

Unidades	Nr Domicílios QT	Esgotamento Sanitário			Fornecimento de Água			Existência de Energia Elétrica						
		Com Rede Geral ou Fossa Séptica			Com Rede Geral de Distribuição			Por Tipo de Fornecimento						
Regiões		QT	%	RK	QT	%	RK	Cia Distr	%	Outra	%	TOTAL	%	RK
Acre	27.519	2.923	10,62%	26	7.248	26,34%	26	18.562	67,45%	1.440	5,23%	20.002	72,68%	26
Alagoas	146.611	26.081	17,79%	16	74.777	51,00%	19	139.618	95,23%	2.245	1,53%	141.863	96,76%	8
Amapá	16.177	1.834	11,34%	24	7.639	47,22%	22	13.950	86,23%	1.299	8,03%	15.249	94,26%	16
Amazonas	115.967	16.725	14,42%	20	43.572	37,57%	24	67.649	58,33%	20.659	17,81%	88.308	76,15%	25
Bahia	591.079	137.855	23,32%	13	361.674	61,19%	11	519.516	87,89%	16.745	2,83%	536.261	90,73%	18
Ceará	362.726	65.676	18,11%	15	202.202	55,75%	15	347.847	95,90%	2.767	0,76%	350.614	96,66%	9
Distrito Federal	12.516	8.440	67,43%	2	11.095	88,65%	1	11.925	95,28%	456	3,64%	12.381	98,92%	2
Espírito Santo	39.798	17.517	44,01%	5	24.952	62,70%	10	38.577	96,93%	488	1,23%	39.065	98,16%	4
Goiás	69.203	16.620	24,02%	12	44.175	63,83%	9	65.238	94,27%	276	0,40%	65.514	94,67%	14
Maranhão	369.415	30.897	8,36%	27	175.533	47,52%	21	331.725	89,80%	3.757	1,02%	335.482	90,81%	17
Mato Grosso	49.307	8.008	16,24%	17	26.108	52,95%	18	42.221	85,63%	1.175	2,38%	43.396	88,01%	19
Mato Grosso do Sul	33.193	5.214	15,71%	18	23.245	70,03%	3	28.836	86,87%	253	0,76%	29.089	87,64%	21
Minas Gerais	237.803	97.570	41,03%	7	144.946	60,95%	12	222.657	93,63%	2.074	0,87%	224.731	94,50%	15
Pará	292.871	31.988	10,92%	25	96.382	32,91%	25	199.658	68,17%	31.873	10,88%	231.531	79,06%	24
Paraíba	153.502	38.395	25,01%	10	83.156	54,17%	17	148.438	96,70%	1.289	0,84%	149.727	97,54%	6
Paraná	90.309	28.978	32,09%	9	59.942	66,37%	6	84.977	94,10%	1.106	1,22%	86.083	95,32%	13
Pernambuco	341.651	112.944	33,06%	8	193.448	56,62%	14	328.578	96,17%	5.904	1,73%	334.482	97,90%	5
Piauí	163.055	18.603	11,41%	23	79.228	48,59%	20	134.630	82,57%	1.487	0,91%	136.117	83,48%	22
Rio de Janeiro	177.784	117.166	65,90%	3	116.857	65,73%	7	168.661	94,87%	7.498	4,22%	176.159	99,09%	1
Rio Grande do Norte	101.196	23.229	22,95%	14	69.604	68,78%	4	97.005	95,86%	1.339	1,32%	98.344	97,18%	7
Rio Grande do Sul	89.958	38.242	42,51%	6	60.529	67,29%	5	84.951	94,43%	1.352	1,50%	86.303	95,94%	12
Rondônia	32.886	3.903	11,87%	21	6.589	20,04%	27	28.201	85,75%	639	1,94%	28.840	87,70%	20
Roraima	15.626	2.389	15,29%	19	7.030	44,99%	23	8.972	57,42%	944	6,04%	9.916	63,46%	27
Santa Catarina	31.019	13.692	44,14%	4	17.262	55,65%	16	29.697	95,74%	250	0,81%	29.947	96,54%	10
São Paulo	331.986	242.694	73,10%	1	292.254	88,03%	2	315.918	95,16%	11.781	3,55%	327.699	98,71%	3
Sergipe	74.688	18.402	24,64%	11	48.454	64,88%	8	71.138	95,25%	927	1,24%	72.065	96,49%	11
Tocantins	41.588	4.805	11,55%	22	23.626	56,81%	13	33.283	80,03%	314	0,76%	33.597	80,79%	23
BRASIL	4.009.433	1.130.790	28,20%		2.301.527	57,40%		3.582.428	89,35%	120.337	3,00%	3.702.765	92,35%	

Fonte: LEP/CAEN a partir do IBGE, Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010.

A TABELA 8 exhibe três aspectos dos domicílios que ajudam a compor o padrão de vida de seus moradores: i) existência de esgotamento sanitário com rede geral ou fossa séptica, ii) presença de fornecimento de água e iii) existência de energia elétrica. As TABELAS 9 e 10 estratificam os mesmos indicadores segundo as áreas censitárias, urbanas e rurais. No Brasil extremamente pobre, apenas 28% dos domicílios possuem esgotamento sanitário adequado. Em relação ao abastecimento de água, a situação é

menos precária, porém, ainda muito preocupante, pois apenas 57% dos domicílios dispõem deste recurso natural por rede geral de distribuição. O fornecimento de energia é o indicador mais promissor, já que 92% dos domicílios em que residem as pessoas em situação de miséria contam com este serviço público. No acesso a esses serviços públicos, destacam-se negativamente os estados da Região Norte - principalmente o Acre e o Pará – e os do Nordeste – notadamente Alagoas, Piauí e Maranhão.

TABELA 9: Domicílios **URBANOS** particulares permanentes sem rendimento e com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de 1 a 70 reais, por tipo de esgotamento de sanitário, fornecimento de água e existência de energia elétrica

Unidades	Nr Domicílios	Esgotamento Sanitário			Fornecimento de Água			Existência de Energia Elétrica						
		Com Rede Geral ou Fossa Sêptica			Com Rede Geral de Distribuição		Por Tipo de Fornecimento							
	QT	QT	%	RK	QT	%	RK	Cia Distr	%	Outra	%	TOTAL	%	RK
Acre	11.422	2.381	20,85%	21	6.506	56,96%	24	10.887	95,32%	178	1,56%	11.065	96,87%	22
Alagoas	78.776	20.972	26,62%	18	57.194	72,60%	20	75.442	95,77%	1.501	1,91%	76.943	97,67%	13
Amapá	12.352	1.577	12,77%	27	7.013	56,78%	25	11.944	96,70%	264	2,14%	12.208	98,83%	4
Amazonas	57.636	15.454	26,81%	17	39.286	68,16%	23	54.019	93,72%	1.733	3,01%	55.752	96,73%	24
Bahia	286.673	117.081	40,84%	10	253.719	88,50%	9	272.636	95,10%	5.044	1,76%	277.680	96,86%	23
Ceará	178.671	56.273	31,50%	15	149.156	83,48%	15	172.711	96,66%	1.658	0,93%	174.369	97,59%	16
Distrito Federal	11.591	8.265	71,31%	2	10.865	93,74%	2	11.114	95,88%	421	3,63%	11.535	99,52%	1
Espírito Santo	25.061	15.118	60,32%	5	23.404	93,39%	3	24.090	96,13%	422	1,68%	24.512	97,81%	11
Goiás	54.082	15.152	28,02%	16	42.052	77,76%	19	53.120	98,22%	183	0,34%	53.303	98,56%	6
Maranhão	140.904	20.743	14,72%	26	99.832	70,85%	21	137.135	97,33%	947	0,67%	138.082	98,00%	7
Mato Grosso	29.727	6.861	23,08%	19	24.301	81,75%	16	28.875	97,13%	211	0,71%	29.086	97,84%	10
Mato Grosso do Sul	21.133	4.435	20,99%	20	18.452	87,31%	10	20.423	96,64%	121	0,57%	20.544	97,21%	19
Minas Gerais	136.682	87.621	64,11%	4	126.091	92,25%	5	131.384	96,12%	1.234	0,90%	132.618	97,03%	20
Pará	129.375	25.669	19,84%	22	67.301	52,02%	26	121.384	93,82%	5.001	3,87%	126.385	97,69%	12
Paraíba	84.528	33.846	40,04%	11	73.096	86,48%	11	81.971	96,97%	800	0,95%	82.771	97,92%	9
Paraná	56.033	25.000	44,62%	9	52.608	93,89%	1	53.905	96,20%	697	1,24%	54.602	97,45%	17
Pernambuco	213.114	98.197	46,08%	8	170.228	79,88%	18	206.251	96,78%	4.081	1,91%	210.332	98,69%	5
Piauí	60.746	11.918	19,62%	23	50.928	83,84%	14	58.123	95,68%	424	0,70%	58.547	96,38%	25
Rio de Janeiro	167.232	114.830	68,67%	3	114.873	68,69%	22	158.719	94,91%	7.261	4,34%	165.980	99,25%	2
Rio Grande do Norte	55.180	18.159	32,91%	13	49.191	89,15%	8	53.035	96,11%	841	1,52%	53.876	97,64%	14
Rio Grande do Sul	59.195	32.844	55,48%	7	50.821	85,85%	12	55.827	94,31%	1.219	2,06%	57.046	96,37%	26
Rondônia	16.462	2.869	17,43%	25	6.306	38,31%	27	15.919	96,70%	104	0,63%	16.023	97,33%	18
Roraima	5.925	1.926	32,51%	14	5.393	91,02%	6	5.696	96,14%	107	1,81%	5.803	97,94%	8
Santa Catarina	19.089	10.810	56,63%	6	15.492	81,16%	17	18.289	95,81%	204	1,07%	18.493	96,88%	21
São Paulo	308.322	236.777	76,80%	1	287.142	93,13%	4	294.438	95,50%	11.052	3,58%	305.490	99,08%	3
Sergipe	37.606	14.701	39,09%	12	32.281	85,84%	13	36.033	95,82%	682	1,81%	36.715	97,63%	15
Tocantins	21.992	3.944	17,93%	24	19.751	89,81%	7	20.576	93,56%	112	0,51%	20.688	94,07%	27
BRASIL	2.279.509	1.003.423	44,02%		1.853.282	81,30%		2.183.946	95,81%	46.502	2,04%	2.230.448	97,85%	

Fonte: LEP/CAEN a partir do IBGE, Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010.

As TABELAS 9 e 10 mostram que a ausência desses bens públicos entre as pessoas extremamente pobres é mais intensa na área rural, dado que esta possui indicadores sociais inferiores em todas as três dimensões. O fornecimento de energia elétrica, por exemplo, está disponível para 85,11% dos domicílios rurais, contra 97,85% dos urbanos. Esta desigualdade é ainda mais acentuada nos outros dois quesitos. O acesso ao fornecimento de água por rede geral de distribuição só existe em 25,91% dos domicílios rurais, contra 81,30% nas áreas urbanas; o esgotamento sanitário adequado,

por sua vez, é utilizado por apenas 7,36% dos domicílios na área rural, enquanto que na área urbana, 44,02% dos domicílios dispõem deste serviço.

TABELA 10: Domicílios RURAIS particulares permanentes sem rendimento e com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de 1 a 70 reais, por tipo de esgotamento de sanitário, fornecimento de água e existência de energia elétrica

Unidades	Nr Domicílios	Esgotamento Sanitário			Fornecimento de Água			Existência de Energia Elétrica						
		Com Rede Geral ou Fossa Séptica			Com Rede Geral de Distribuição			Por Tipo de Fornecimento						
	QT	QT	%	RK	QT	%	RK	Cia Distr	%	Outra	%	TOTAL	%	RK
Acre	16.097	542	3,37%	26	742	4,61%	26	7.675	47,68%	1.262	7,84%	8.937	55,52%	26
Alagoas	67.835	5.109	7,53%	13	17.583	25,92%	9	64.176	94,61%	744	1,10%	64.920	95,70%	8
Amapá	3.825	257	6,72%	15	626	16,37%	19	2.006	52,44%	1.035	27,06%	3.041	79,50%	18
Amazonas	58.331	1.271	2,18%	27	4.286	7,35%	25	13.630	23,37%	18.926	32,45%	32.556	55,81%	25
Bahia	304.406	20.774	6,82%	14	107.955	35,46%	4	246.880	81,10%	11.701	3,84%	258.581	84,95%	16
Ceará	184.055	9.403	5,11%	21	53.046	28,82%	7	175.136	95,15%	1.109	0,60%	176.245	95,76%	7
Distrito Federal	925	175	18,92%	4	230	24,86%	10	811	87,68%	35	3,78%	846	91,46%	13
Espírito Santo	14.737	2.399	16,28%	6	1.548	10,50%	23	14.487	98,30%	66	0,45%	14.553	98,75%	1
Goiás	15.121	1.468	9,71%	12	2.123	14,04%	22	12.118	80,14%	93	0,62%	12.211	80,76%	17
Maranhão	228.511	10.154	4,44%	23	75.701	33,13%	5	194.590	85,16%	2.810	1,23%	197.400	86,39%	15
Mato Grosso	19.580	1.147	5,86%	20	1.807	9,23%	24	13.346	68,16%	964	4,92%	14.310	73,08%	21
Mato Grosso do Sul	12.060	779	6,46%	18	4.793	39,74%	3	8.413	69,76%	132	1,09%	8.545	70,85%	22
Minas Gerais	101.121	9.949	9,84%	11	18.855	18,65%	15	91.273	90,26%	840	0,83%	92.113	91,09%	14
Pará	163.496	6.319	3,86%	25	29.081	17,79%	17	78.274	47,88%	26.872	16,44%	105.146	64,31%	24
Paraíba	68.974	4.549	6,60%	16	10.060	14,59%	21	66.467	96,37%	489	0,71%	66.956	97,07%	2
Paraná	34.276	3.978	11,61%	7	7.334	21,40%	12	31.072	90,65%	409	1,19%	31.481	91,85%	12
Pernambuco	128.537	14.747	11,47%	8	23.220	18,06%	16	122.327	95,17%	1.823	1,42%	124.150	96,59%	4
Piauí	102.309	6.685	6,53%	17	28.300	27,66%	8	76.507	74,78%	1.063	1,04%	77.570	75,82%	20
Rio de Janeiro	10.552	2.336	22,14%	3	1.984	18,80%	14	9.942	94,22%	237	2,25%	10.179	96,47%	5
Rio Grande do Norte	46.016	5.070	11,02%	9	20.413	44,36%	1	43.970	95,55%	498	1,08%	44.468	96,64%	3
Rio Grande do Sul	30.763	5.398	17,55%	5	9.708	31,56%	6	29.124	94,67%	133	0,43%	29.257	95,10%	10
Rondônia	16.424	1.034	6,30%	19	283	1,72%	27	12.282	74,78%	535	3,26%	12.817	78,04%	19
Roraima	9.701	463	4,77%	22	1.637	16,87%	18	3.276	33,77%	837	8,63%	4.113	42,40%	27
Santa Catarina	11.930	2.882	24,16%	2	1.770	14,84%	20	11.408	95,62%	46	0,39%	11.454	96,01%	6
São Paulo	23.664	5.917	25,00%	1	5.112	21,60%	11	21.480	90,77%	729	3,08%	22.209	93,85%	11
Sergipe	37.082	3.701	9,98%	10	16.173	43,61%	2	35.105	94,67%	245	0,66%	35.350	95,33%	9
Tocantins	19.596	861	4,39%	24	3.875	19,77%	13	12.707	64,84%	202	1,03%	12.909	65,88%	23
BRASIL	1.729.924	127.367	7,36%		448.245	25,91%		1.398.482	80,84%	73.835	4,27%	1.472.317	85,11%	

Fonte: LEP/CAEN a partir do IBGE, Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010.

A TABELA 11 verifica a utilização da coleta regular de lixo pelos domicílios com indivíduos em situação de extrema pobreza. Os indicadores mostram novamente a disparidade da oferta de serviços públicos entre as áreas rurais e urbanas. Enquanto 88,39% dos domicílios urbanos contam com coleta sistemática de lixo, apenas 12,40% contam com este serviço público nas áreas rurais. Com relação à situação das unidades federativas por este indicador de atendimento de coleta de lixo, o melhor desempenho é o de Santa Catarina, com 71,98% de cobertura, e o pior pertence ao Maranhão, com apenas 24,51% dos domicílios.

TABELA 11: Domicílios particulares permanentes sem rendimento e com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de 1 a 70 reais, atendidos por coleta de lixo, por situação do domicílio segundo as Unidades da Federação.

Unidades	Área Urbana				Área Rural				Todas as Áreas			
	Nr Domicílios	QT Coleta	%	RK	Nr Domicílio	QT Coleta	%	RK	Nr Domicílios	QT Coleta	%	RK
Acre	11.422	9.675	84,70%	21	16.097	883	5,49%	20	27.519	10.558	38,37%	24
Alagoas	78.776	72.283	91,76%	14	67.835	13.975	20,60%	10	146.611	86.258	58,83%	15
Amapá	12.352	11.404	92,33%	13	3.825	572	14,95%	13	16.177	11.976	74,03%	5
Amazonas	57.636	47.262	82,00%	24	58.331	1.860	3,19%	27	115.967	49.122	42,36%	22
Bahia	286.673	256.336	89,42%	18	304.406	46.023	15,12%	12	591.079	302.359	51,15%	18
Ceará	178.671	151.028	84,53%	22	184.055	16.867	9,16%	17	362.726	167.895	46,29%	20
Distrito Federal	11.591	11.189	96,53%	3	925	425	45,95%	3	12.516	11.614	92,79%	2
Espírito Santo	25.061	23.204	92,59%	10	14.737	3.438	23,33%	8	39.798	26.642	66,94%	9
Goiás	54.082	51.682	95,56%	6	15.121	2.713	17,94%	11	69.203	54.395	78,60%	4
Maranhão	140.904	83.146	59,01%	27	228.511	7.388	3,23%	26	369.415	90.534	24,51%	27
Mato Grosso	29.727	27.469	92,40%	12	19.580	1.612	8,23%	19	49.307	29.081	58,98%	14
Mato Grosso do Sul	21.133	20.013	94,70%	7	12.060	444	3,68%	23	33.193	20.457	61,63%	12
Minas Gerais	136.682	122.411	89,56%	17	101.121	10.476	10,36%	16	237.803	132.887	55,88%	16
Pará	129.375	105.053	81,20%	25	163.496	14.480	8,86%	18	292.871	119.533	40,81%	23
Paraíba	84.528	77.107	91,22%	16	68.974	7.167	10,39%	15	153.502	84.274	54,90%	17
Paraná	56.033	54.013	96,39%	4	34.276	7.686	22,42%	9	90.309	61.699	68,32%	8
Pernambuco	213.114	188.891	88,63%	19	128.537	15.892	12,36%	14	341.651	204.783	59,94%	13
Piauí	60.746	44.334	72,98%	26	102.309	3.704	3,62%	24	163.055	48.038	29,46%	26
Rio de Janeiro	167.232	154.594	92,44%	11	10.552	6.026	57,11%	1	177.784	160.620	90,35%	3
Rio Grande do Norte	55.180	51.627	93,56%	8	46.016	12.387	26,92%	7	101.196	64.014	63,26%	10
Rio Grande do Sul	59.195	56.856	96,05%	5	30.763	8.717	28,34%	6	89.958	65.573	72,89%	6
Rondônia	16.462	14.430	87,66%	20	16.424	766	4,66%	22	32.886	15.196	46,21%	21
Roraima	5.925	5.424	91,54%	15	9.701	318	3,28%	25	15.626	5.742	36,75%	25
Santa Catarina	19.089	18.462	96,72%	2	11.930	3.864	32,39%	5	31.019	22.326	71,98%	7
São Paulo	308.322	303.530	98,45%	1	23.664	13.478	56,96%	2	331.986	317.008	95,49%	1
Sergipe	37.606	34.936	92,90%	9	37.082	12.264	33,07%	4	74.688	47.200	63,20%	11
Tocantins	21.992	18.583	84,50%	23	19.596	1.001	5,11%	21	41.588	19.584	47,09%	19
BRASIL	2.279.509	2.014.942	88,39%		1.729.924	214.426	12,40%		4.009.433	2.229.368	55,60%	

Fonte: LEP/CAEN a partir do IBGE, Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se uma distribuição desigual de pobres no país, tanto em termos das macrorregiões quanto das áreas urbanas e rurais. Pode-se mesmo afirmar que a pobreza extrema no país é Nortista e Nordestina, já que as regiões juntas possuem mais de 76% das pessoas que vivem em situação de miséria no Brasil. Do mesmo modo, as zonas rurais, em que vivem apenas 15,64% dos brasileiros, abrigam quase 47% da pobreza extrema do país. A situação de miséria atinge de forma desigual também as crianças até 14 anos. Este grupo responde por volta de 40% de todo o contingente de extremamente pobres no Brasil. Da mesma forma, os indivíduos que se declararam ter as cores Preta e Parda formam, juntos, a ampla maioria dos brasileiros em situação de miséria, participando com pouco mais de 71% do total. Por outro lado, nota-se uma distribuição mais equitativa em relação ao Sexo das pessoas vivendo em situação de pobreza extrema, já que do universo de 16,3 milhões de pessoas, o sexo feminino supera o masculino em apenas pouco mais de 172 mil indivíduos, o que corresponde a 1,06% do

total. Estas tabulações jogam luz à idéia de que quando do mapeamento completo das pessoas em situação de miséria - requisito fundamental para a plena execução de um plano de erradicação – é imprescindível o conhecimento amplo e exato das questões relacionadas à distribuição populacional, substanciando a operacionalização do Plano e garantindo menor risco ao seu maior ponto crítico, a focalização.

Com relação às condições domiciliares, afirma-se que o acesso aos serviços públicos essenciais às pessoas em situação de extrema pobreza é bastante precário no Brasil. Com exceção do fornecimento de energia elétrica, que caminha rapidamente para universalização, percebe-se claramente uma ausência do Estado nos demais serviços. Em uma primeira análise, essa ausência estatal é fortemente relacionada com aspectos geográficos. Notadamente, os serviços públicos são menos ofertados nas Regiões Norte e Nordeste e, também, nas áreas rurais de todas as regiões. O deslocamento geográfico do eixo de atuação estatal é condição essencial para erradicação da extrema pobreza no país e contribuirá para redução das disparidades regionais.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARROS, Ricardo Paes, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Rosana Mendonça. (2006): “A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil”. Em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Organizadores: Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea. Cap.2. Vol.1. IPEA. Brasília.